

Pastoral LGBT

Não julgarás

Palavras de Francisco sobre os gays são um grande passo para o chefe da Igreja Católica

Roseli Fischmann

A resposta do papa Francisco em entrevista que concedeu já a caminho de Roma surpreendeu por seu posicionamento. Disse o papa: “Se uma pessoa é gay e procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?”.

Parafrazeando Armstrong, talvez tenha sido um pequeno passo para o sacerdote e bispo Bergoglio, considerando suas tão divulgadas práticas de proximidade a seus fiéis e à vida cotidiana, mas um grande passo para um papa, como chefe da Igreja Católica. As reações não tardaram. Houve quem procurasse pingar os “is” da fala, como nem mesmo o pontífice se preocupou em fazer, interpretando o que estaria nas entrelinhas de sua menção ao catecismo para dizer que em substância nada mudara. Mas houve os que se manifestaram em direção a compreender o gesto, testemunhando o passo e propondo ir além, como fez o Grupo Gay da Bahia, sugerindo que fosse criada a Pastoral dos Gays.

Para a garantia da laicidade do Estado brasileiro, que está inscrita na Constituição Federal, essa declaração de acolhimento das pessoas LGBTTT articula-se com um dos discursos do papa, quando tomou a iniciativa de afirmar a propriedade da laicidade estatal, explicitando o relevante sentido que vê na separação entre o Estado e as religiões.

É certo que Francisco o fez em favor da pluralidade religiosa, omitindo-se quanto a ateus, agnósticos e aos sem religião. Mesmo assim, foi bem distinto, ou mesmo o opo-

to, de Ratzinger, que em visita ao Brasil como Bento XVI lutou desde os preparativos da viagem de 2007 para que fosse assinada uma concordata, o que não ocorreu pela pressão popular sobre o então presidente Lula, mas que terminou por ser firmada no Vaticano, em fins de 2008 e aprovada pelo Congresso Nacional em fins de 2009, maculando a República. Vale lembrar que o papa Francisco não aceitou que sua presença no Brasil fosse considerada, do ponto de vista diplomático, como visita oficial de Estado, demarcando a viagem simples e adequadamente como missão religiosa.

Cabe registrar dois aspectos entre os muitos que poderiam ser analisados nessas relevantes manifestações. O primeiro é se o papa terá disposição e coragem para (des)tratar as decorrências malignas e imbróglios da concordata, atualmente no STF, a partir de ADI apresentada pela Procuradoria-Geral da República com foco no tema do ensino religioso em escolas públicas.

Na esfera privada, recentemente o STJ homologou como “sentença estrangeira” uma anulação de casamento pronunciada pelo tribunal eclesiástico da Santa Sé, tendo como base o decreto advindo da aprovação da concordata no Congresso Nacional; o detalhe é que há filhos desse casamento anulado e o pai, que nem de ex-marido pode ser chamado, deu declarações afirmando que o próximo passo que pretende é retirar o nome da mãe da certidão das crianças. O direito de família no Brasil dispensa esse tipo de ingerência, soando absurdo o Estado brasileiro abdicar de seus cidadãos e suas cidadãs para que seus destinos sejam decididos fora de nossos

tribunais, ainda mais quando se trata de crianças. Diante disso, o que poderá dizer o Conselho Tutelar?

O outro caso é a justa indignação do conhecido (ex)padre Beto, que se viu perdendo o sacerdócio e excomungado por suas posições de aceitação dos gays e, agora, frente às declarações do papa, decidiu entrar na Justiça brasileira para questionar as penalidades que lhe foram impostas pela diocese à qual respondia. Seu advogado procura ganhar, junto ao Poder Judiciário do Estado brasileiro, o direito de defesa – mas seria essa defesa junto ao tribunal eclesiástico? Como pode o Estado pronunciar-se sobre excomunhão? Mas se há uma concordata que faz o STJ admitir a sentença de anulação de casamento, não permitiria também essa outra ação? Se a Igreja Católica considera adequado que a Justiça brasileira homologue a sentença eclesiástica, ficará também confortável com essa interpretação, que faz do acordo entre o Brasil e a Santa Sé, o advogado do ex-religioso excomungado como fiel e como padre?

Assim, os malefícios da assinatura da concordata, já antes visíveis, por exemplo, nos processos eleitorais em que grupos religiosos aprenderam o poder da pressão (ou da chantagem?) sobre candidatos, em especial a cargos majoritários, nesses casos personalizados indicam o conflito de esferas que esse acordo inconstitucional pode e já tem gerado. Mais ainda, é importante pensar na educação de crianças e adolescentes, seja pelo que podem sofrer hoje nas escolas, elas mesmas resultado e fonte de processos de discriminação social, seja pela possibilidade de que venham a viver de mo-

do tranquilo, sem sobressaltos, sem discriminações que acabam por matar, seja em ataques físicos que expressam a homofobia, seja em processos simbólicos que, insidiosos, conduzem a mau destino. Pesquisas realizadas em escolas, em diferentes partes do Brasil, têm indicado as pressões que sofrem adolescentes que se identificam com a homossexualidade. São casos em que a aplicação imprópria e inconstitucional do ensino religioso nas escolas públicas confundem-se com má orientação em termos de saúde e educação sexual, sem contar o modo impróprio como se utilizam palavras que ferem, supondo que nada podem causar e, que se supõe, seria expressão de uma verdade incontestável.

O alcance da fala de Francisco apenas começa a se manifestar, tendo um papel educativo tanto para os fiéis católicos que tomam o papa como sua autoridade maior, como para os setores sociais que, repercutindo a presença papal no Brasil, talvez tenham se surpreendido com sua sinceridade.

Com suas palavras, o papa demonstrou que a mensagem religiosa tanto pode alimentar o discurso do acolhimento, combatendo estereótipos e estigmatização, quanto o discurso de ódio, como tem se visto em algumas lideranças religiosas e parlamentares que parecem esquecer ou desconhecer o papel público de que estão investidos.

* ROSELI FISCHMANN É COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO E PROFESSORA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA USP

FABIO MOTTA/ESTADÃO



Bergoglio. 'Se uma pessoa é gay e busca Deus, quem sou eu para julgá-la?'

Cerco egípcio

Praça sequestrada

Rebeldes egípcios que derrubaram o governo Mubarak veem boa parte das instituições que demoliram sendo reerguidas pelo Exército e seus aliados

Aldo Cordeiro Sauda
Marcia Camargos

Há dois anos, eles eram os heróis. Cheios de vigor, ocupavam os espaços da mídia, eram reverenciados pela intelectualidade mundial e inspiravam o planeta inteiro a repensar o modo de fazer política. Hoje, a juventude radicalizada da Praça Tahrir está num impasse. Excluída do centro das decisões nacionais, desconfia que sua revolução, bem como sua praça, foram sequestradas pelos reacionários.

Não que os jovens da revolução tenham se oposto à queda de Mohamed Morsi. Integraram, embora com pouco entusiasmo, o “30 de junho” que derrubou o ex-presidente islamista. Contudo, insistem que o movimento está longe de constituir um segundo 25 de Janeiro – data que, ao marcar o início das mobilizações que derrubaram Mubarak, batizou a revolução egípcia. Essa é a opinião de Saleh Ferki e Ahmad Aggour.

Presenças assíduas nas passeatas, os dois militantes tornaram-se amigos ao encontrarem-se repetidamente nas linhas de frente no pós-“25”. Em novembro de 2011, em meio às violentas batalhas no entorno da Tahrir, chegaram a participar de uma sessão de fotos conjunta para a edição do *Homem do Ano* da revista *Time*. Na época, a imprensa só falava dos jovens da praça.

Hoje, o Cairo não é o mesmo. Os rebeldes



AMR ABDALLAH DALSH/REUTERS

que se organizavam pelo twitter em nome de “pão, liberdade e justiça social” foram substituídos por uma nova polarização entre os simpatizantes da Irmandade Muçulmana e os apoiadores do Exército. Agora com um verniz civil, os militares e seus aliados liberais estão reerguendo boa parte das instituições demolidas ao longo da revolução. Só essa semana, o governo, na prática

Outra foto. 'Tahrir virou o centro de um nacionalismo fascista'

dirigido pelo ministro da Defesa, Mohamed al-Sisi, anunciou o retorno – se é que de fato algum dia foi embora – do Departamento de Combate à Subversão. De quebra, também concedeu ao Exército o direito de prender civis.

A própria Tahrir, símbolo máximo revolucionário, perdeu o brilho, transformando-se em emblema governista. Desapareceu até o vibrante comércio de bandeirinhas da revolução síria, até então prima dileta do levante egípcio. Ali, o que domina o mercado são pôsteres com imagens do general Sisi. “Aquilo virou o centro de um nacionalismo fascista”, afirmam os ativistas.

Os mesmos militares, supostos líderes inquestionáveis da “revolução do 30 de junho”, foram os que prenderam e torturaram Saleh em 2011, após a célebre batalha da Rua Mohammed Mahmoud. Assim como ele, Aggour frequentou a cadeia por sua oposição ao regime. Por isso exibe com orgulho as marcas espalhadas pelo corpo dos tiros resultantes dos confrontos: “Elas são meus troféus”, diz, com um largo sorriso no rosto.

Para ambos, o limite do bom senso foi tristemente ultrapassado quando a massa, no 30 de junho, carregou policiais fardados nos ombros, pela primeira vez na história da praça. “Posso entender a simpatia do povo pelo Exército, pois os egípcios são nacionalistas” refletia Saleh. “Mas confrater-

Na quarta-feira, a promotora egípcia encaminhou ao Judiciário três importantes nomes da Irmandade Muçulmana – entre eles, o do líder espiritual Mohamed Badia – para que sejam julgados por incitar a morte de manifestantes nos protestos realizados no fim de junho.

nizar com a polícia, que sempre nos reprimiu no dia a dia, é incompreensível.”

A recente onda de xenofobia que assola o país também causa preocupação. Desde a queda de Morsi circulam boatos de que a Irmandade seria, na verdade, a fachada de um complot internacional dirigido por extremistas sírios e palestinos dispostos a destruir o Egito. Essa semana os iemenitas foram adicionados ao rol de *personae non gratae*. Em tal contexto de caça às bruxas, sob a alegação de “combate ao terrorismo”, eles oficialmente não são mais bem-vindos a solo pátrio. O espírito inquisidor inclui, entre seus principais arautos, o próprio promotor de Justiça, Hassan Samir, que acusa o presidente deposto de ser espião do palestino Hamas.

Nesse cenário de polarização, até o mês passado a vanguarda da Tahrir combatia os islamistas corpo a corpo. Porém, após a queda de Morsi e diante das crescentes ameaças do Exército de esmagar o grupo e seus integrantes, ela mudou de atitude. Assim, quando cerca de cem pessoas foram metralhadas por policiais durante um protesto pela volta do presidente islamista, na madrugada do último dia 27, Aggour participou do ato convocado em seguida pelos partidários do presidente deposto. “Eles querem nos passar a ideia que contra Morsi vale tudo, de alianças com os apoiadores do velho Mubarak aos massacres a sangue-frio”, cogita.

Mais tímido que o falante Aggour, Saleh incorpora um internacionalismo que impressiona. Ao longo do último ano, o ativista acumulou uma pequena fortuna em dívida nos cartões de crédito, além de ter mobilizado as finanças de amigos e familiares para ajudar as zonas livres da Síria em guerra civil. Sua motivação é simples: “Eles precisam mais que nós”.

Em meio ao derramamento de sangue das últimas semanas, e desiludidos com o desenrolar dos acontecimentos, os jovens olham para o exterior em busca de perspectivas. “Não que a situação na Síria esteja muito animadora” afirma Aggour. “Mas pelo menos lá temos um lado claro a apoiar”, conclui.

* ALDO CORDEIRO SAUDA É CIENTISTA POLÍTICO MARCIA CAMARGOS É HISTORIADORA COM PÓS-DOUTORADO PELA USP